

ENTRANDO NO «ADELON». A HISTÓRIA DO «TEMPO DESCONHECIDO» NA MONARQUIA DE ESPANHA (1672-1740)*

PABLO FERNÁNDEZ ALBALADEJO
Universidad Autónoma de Madrid

Em Agosto de 1690, procedente de Amsterdão, chegava a Cádiz uma remessa de 550 exemplares do livro *Emporio del Orbe. Cádiz Ilustrada. Investigación de sus antiguas Grandezas*, obra de frei Jerónimo de la Concepción, carmelita descalço e originário dessa cidade do sul da Andaluzia. Tratava-se da primeira parcela de uma tiragem que se previa ter mil exemplares, dada à estampa na prestigiosa imprensa holandesa de Johann Bus. O autor trabalhou na sua obra entre 1681 e 1687, oferecendo-a ao município de Cádiz um ano depois, o qual a acolheu sem reservas. De facto, as actas do cabido dão conta do aparecimento do livro como algo que eles próprios tinham «desejado». A qualidade material do livro confirmava essa cumplicidade prévia da corporação municipal que, apesar de não ter regateado os custos da impressão nas remotas terras da «Flandres», fez questão de intervir na escolha do título: as insípidas *Antigüedades de Cádiz* que originalmente apareciam no título do manuscrito foram substituídas por uma proposta diferente. A ênfase deveria recair não tanto nas antiguidades, mas sim na cidade em si. Era *Cádiz* que se pretendia ilustrar, as suas antigas *grandezas* e não apenas as *antigüedades*. Reivindicava-se para a cidade uma condição de cidade célebre, de empório que, sem deixar de evocar os primeiros tempos, queria também assinalar a sua continuidade e a sua vitalidade como empório no presente. E o mesmo se aplicava à sua interacção com uma história maior da qual fazia parte. Como se destacava no último subtítulo do livro, subentendia-se que a «investigação» levada a cabo pelo carmelita tinha sido «discurrida en

* Ministerio de Economía y Competitividad de España. Proyecto de investigación HAR2011-27562.

concurso de el general imperio de España». *Empório* dentro de um *império*, estes eram os pilares sobre os quais se baseava o livro¹.

De acordo com as explicações dadas pelo autor na dedicatória ao leitor, empório era «un lugar donde se comercia, y trata... una Lonja o Tablero universal de negocios», um lugar em si cujas formas de identidade estavam longe de se esfumar. De facto, a partir da leitura da obra podia-se inferir, sem margem para dúvidas, que «ser Cádiz hoy, y haber sido desde sus principios el Emporio de el Orbe todo, donde negocian y tratan las Naciones más distantes». Como se pode imaginar, a insistência nesse contínuo de grandezas era mais uma questão do presente do que do passado desse empório. Entre as questões latentes estava o controlo da Carreira das Índias, a luta pelo crucial tráfico atlântico que há já algum tempo era fonte de conflitos entre Cádiz e Sevilha, luta essa que uma real cédula de 1679 resolveria, em última instância, a favor da cidade-empório. A escrita do livro inscreve-se nesse contexto. O próprio autor não deixava de conceber a obra como um serviço «a la conservación de la Patria», uma atitude na qual insistiam também os autores do prólogo do livro. Na sua dedicatória à cidade, o carmelita reconhecia que o seu trabalho não partia do zero, mas a referência obrigatória às *Grandezas y Antigüedades de la isla y ciudad de Cádiz* (1610), de Juan Bautista de Salazar, servia também para constatar que o seu antecessor, nessa tarefa, apenas tinha estabelecido «los rudimentos de sóla la Infancia de esta República». Consequente com o seu objectivo de ir mais além do «dominio de los Romanos», os oito livros que compunham o empório mostravam um percurso que, incorporando «investigaciones no cursadas hasta hoy», referia os pormenores da cidade «en los tiempos de la Ley de Gracia», estabelecia os avatares da restauração que se tinham seguido à perda de Espanha e, por último, chegava até ao juramento da Imaculada Conceição, em 1654. A atenção concedida à história eclesiástica entrelaçava-se com um equivalente interesse pelos avatares da fundação e dos «monumentos antiguos», sugerindo que, no fundo, o título original do livro talvez fosse mais acertado do que aquele que acabou por ser adoptado. Era difícil competir com o peso das *antigüedades*, com a sua condição de tempo primeiro e com a sua densidade historiográfica. Em termos de oportunidade política, o empório do tempo presente até podia ter imposto a sua presença. Contudo, o empório original era uma referência omnipresente.

A sua história, por outro lado, transcendia as muralhas da própria cidade. Era indissociável da história do império, da monarquia que, necessariamente, o tinha constituído. Não por acaso, a própria cronologia de Cádiz

¹ Há uma edição recente do tomo I desta obra publicada pelo serviço de publicações da Universidade de Cádiz (2003), com um prólogo muito completo de A. Morgado García, cujas informações utilizo; vid. também Ismael BENGOCHEA, *Jerónimo de la Concepción. Historiador de Cádiz*, Cádiz, 1980 e Manuel RAVINA MARTÍN, «El “Emporio del Orbe” ¿Libro político?», *Gades*, n.º 11 (1983), pp. 201-222.

já implicava essa condição. O seu relato começava «por los primeros Reyes de España que en esta Isla tuvieron su Corte». «Tecer» a história da Ilha implicava, em última instância, admitir como próprias as balizas cronológicas que uma historiografia de alcance mais amplo tinha ido estabelecendo. Além disso, implicava incorporar um debate – nada pacífico – sobre as origens de Espanha e da sua monarquia, debate esse que se vinha desenvolvendo nesse mesmo âmbito historiográfico e sobre o qual o nosso carmelita se pronunciou abertamente. Não receava defrontar uma autoridade tão reconhecida como a de José Pellicer de Ossau y Tovar, encarnação própria do saber historiográfico barroco e autor de um monumental *Aparato de la monarquía de España*, publicado em 1680, um ano depois da sua morte². De forma genérica, frei Jerónimo recusava a «nueva Idea» que inspirava o livro de Pellicer, ainda que as suas reservas se centrassem apenas no falecido cronista real. Mas podemos ir ainda mais longe: a sua intenção era a de averiguar «con fundamento sobre algunos puntos en que conocidamente han alucinado Autores Modernos», entre os quais se incluía Gaspar de Ibáñez de Segovia, marquês de Mondéjar e figura central de uma primeira modernidade espanhola. Era face a estas personagens que o autor do empório reivindicava fidelidade a um relato e a uma metodologia que os *modernos* estavam a colocar em perigo.

Do ponto de vista de frei Jerónimo, era inaceitável que Pellicer, no seu *Aparato*, tivesse negado a Túbal, filho de Gomer, neto de Jafeth e bisneto de Noé, a sua condição e o papel de primeiro povoador de Espanha, que lhe teria sido concedido pelo seu bisavô depois da «división general de las gentes», na sequência do Dilúvio. Pellicer considerava que o mais provável era que esse papel tivesse sido desempenhado por Társis, sobrinho de Túbal e filho de Javã, seu irmão. Nessa distribuição o papel de Túbal teria ficado circunscrito ao âmbito asiático, longe, portanto, de qualquer zona europeia. Na linha da interpretação tradicional, o carmelita defendia que, na distribuição do mundo que Jafeth efectuou entre os seus filhos, o continente europeu tinha sido atribuído a Gomer, enquanto Javã e a sua prole teriam dividido entre si as ilhas. Túbal, finalmente, teria ficado com a parte que correspondia a Espanha, como parte do continente. Como filho de Javã, Társis passava a ser o primeiro povoador da «Isla de Cádiz». As próprias fontes profanas – o *Timeu* de Platão, neste caso – ratificavam esta possibilidade, atribuindo, para a ilha, uma genealogia real directamente aparentada com Jafeth-Neptuno. Deste modo, a presença de Túbal e de Társis, bisnetos de Noé, como os dois primeiros povoadores do *continente* Espanha e da *ilha* de Cádiz, concretizava uma relativa paridade entre as origens de Cádiz e as da Monarquia, conferindo à cidade uma evolução à margem do continente «Espanha», independentemente do facto de a monarquia ter acabado

² Ver a informação fornecida por José CEPEDA ADÁN in «La historiografía» in *El siglo del Quijote, 1580-1680*, Madrid, Espasa-Calpe, 1992, pp. 821-833.

por absorver, mais tarde, a «república separada» em que a ilha se tinha transformado.

Uma vez definida essa evolução, frei Jerónimo de la Concepción defendia, sem reservas, o papel de Túbal como primeiro povoador de Espanha, bem como a lista de reis que, a partir de então, era possível contabilizar, com base numa longa lista de referências. É por isso que ficou tão perturbado com «la nueva fantasía de tantos Reyes supuestos» que foram então estabelecidos por Pellicer. Essa fantasia, como já se referiu, apenas escondia o facto de frei Jerónimo rejeitar os *modernos*, desqualificando-os com base nos critérios – considerados inequívocos – da autoridade e da opinião estabelecidas. Apesar de não termos a pretensão de tornar Pellicer um emblema da modernidade, é preciso pelo menos admitir que, pela sua orientação, metodologia e registos, tinha outra perspectiva. A sua investigação possuía um alcance mais vasto e o cenário em que se desenvolvia era outro. Não há dúvida de que a sua *Población y lengua primitiva de España*³ tinha a intenção de investigar os primeiros tempos, o primeiro povoador e as pessoas que eventualmente habitaram Espanha. No entanto, essa pesquisa era inseparável de um veemente apelo a favor de uma leitura diferente e de uma outra maneira de lidar com as fontes. E também do postular de uma nova metodologia no momento de se embrenhar nos «tiempos remotos», ou seja, no tempo que apelidou de *adelon* e de *mítico*, ambos situados para lá da fronteira do tempo *histórico*⁴. A escolha de Társis situava-se nessa encruzilhada de exigências. O bisneto de Noé proporcionava uma filiação originária de Espanha que, não podendo resolver-se numa «afirmativa absoluta», parecia, em todo o caso, mais *provável* do que a de Túbal. E, em termos estratégicos, eximia a história do país do descrédito em que a tinham submergido os chamados «falsos cronicones»⁵. Faziam-se assim sentir as exigências metodológicas dos modernos.

Estas reflexões têm, como «pano de fundo» o debate acerca da identificação dos lugares e das pessoas mencionadas na Bíblia, debate esse induzido pela crise religiosa que afectava a cristandade e marcado por uma certa inquietação e, até, angústia. Discutia-se, em última instância, a fiabilidade do livro sagrado como fonte inquestionável de informação para os primeiros

³ José PELLICER DE OSSAU Y TOVAR, *Población y lengua primitiva de España, recopilada del Aparato a su Monarchia Antigua en los tres tiempos, el Adelon, el Mithico y el Historico*, Valência, Benito Macé, 1672.

⁴ Sobre a presença dessa divisão do tempo na cultura da época moderna, Chantal GRELL, *Le Dix-huitième siècle et l'antiquité en France*, Oxford, Voltaire Foundation, 1995, pp. 422-429 e 791-820.

⁵ Veja-se o trabalho clássico de José GODOY ALCÁNTARA, *Historia crítica de los falsos cronicones* (Madrid, 1868; reed. Univ. de Granada, 1999), com um clarificador estudo introdutório de Ofelia Rey Castelao. Para uma revisão da forma padronizada de entender essa maneira de fazer historiografia, Roberto BIZZOCCHI, *Genealogie incredibile. Scritti di storia nell'Europa moderna*, Bolonha, Il Mulino, 1995.

tempos da humanidade. A *Geographia Sacra* do protestante Samuel Bochart (1646) constitui uma das manifestações mais relevantes desse debate, o qual, como se sabe, chegaria mesmo a envolver algumas das figuras mais destacadas da república das letras daquele tempo⁶. Como sempre bem informado, Pellicer não podia deixar de estar a par desta discussão. Não por acaso, foi Bochart, em *Phaleg* – título da primeira parte da sua *Geografia* dedicada à dispersão no pós-Dilúvio – quem viu em Társis o primeiro povoador de Espanha, enquanto em *Canaan* – título da segunda parte – chamava a atenção para o importante papel desempenhado pelos fenícios na configuração comercial do espaço mediterrâneo, e não só. Estas perspectivas foram tidas em conta por Pellicer.

No prólogo da sua *Población* Pellicer anunciava que o seu objectivo era «verificar» «la primera población y origen de este grande y siempre heroico y belicoso continente de las Españas», tarefa que forçosamente o obrigava a assinalar os «escollos» nos quais, na opinião de Pellicer, «las mayores plumas» tinham naufragado. A sua intenção não era de forma alguma menosprezar «tantos varones grandes» que se tinham ocupado desses primeiros tempos, embora – por circunstâncias várias – no seu trabalho não tivesse «tenido asistencia de historia alguna antigua de España». A única historiografia com a qual tinha podido contar, para essa empresa, e que não tinha mais do que quatrocentos e cinquenta anos, era, nem mais nem menos, a pura «Historia de los Godos, sin cláusula que pertenezca a las Antiguas». A sua *Población* constituía, nesse sentido, a primeira pedra e a fundação do *Aparato a la Monarchia Antigua de España*, obra na qual se encontrava a trabalhar há já algum tempo. Claro que existiam «memórias» desse período, das quais historiadores e poetas, gregos e romanos, tinham deixado notícia, umas «notícias» que, posteriormente, tinham sido recebidas sem grandes revisões e que, atendendo à origem dos seus autores, revelavam uma leitura periférica – senão mesmo superficial – do país. A história que daí resultou apresentava, por isso, «deformações» que turvavam «la sencilla verdad y pureza de las Historias Antiguas de España». A própria presença de Túbal tinha sido sempre considerada como incerta. De facto, Pellicer estabelecia que, até ao aparecimento – no final do século xv – dos trabalhos do dominicano Giovanni de Viterbo, Annio, a condição de Túbal como «poblador y príncipe de España» não era algo que fosse considerado «tan crecido, ni contestado». Foi a partir da obra de Annio que esse papel ficou verdadeiramente estabelecido⁷.

⁶ Sobre esse momento e autor, Claudine POULON, *Le Temps des origines*, Paris, Honoré Champion, 1998, pp. 253-267.

⁷ As citações correspondem aos pontos 6, 7, 8 e 20 da *Poblacion*; sobre a figura de Annio e o seu impacto em Espanha, Julio CARO BAROJA, *Las falsificaciones de la Historia*, Barcelona, Seix Barral, 1992, pp. 49-83, e também Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, *Materia de España*, Madrid, Marcial Pons, 2007, cap. II.

Para além da lista dos primeiros povoadores e do enumerar de reis primitivos dos principais reinos do Ocidente, o dominicano apresentava uma ideia que Pellicer considerou especialmente inquietante. O seu «catálogo» dos supostos vinte e quatro primeiros reis de Espanha dava como adquirido que a história do país se tinha desenvolvido no seio de «un tiempo siempre Histórico; sin que tenga parte de Adelon, ni tampoco del Mithico». Uma «calidad» que, como fazia notar Pellicer, «no se hallará en algún reyno del universo, ni en nación alguna sino es en el pueblo de Dios». Esta era a única coisa que «se le sabe su origen desde Noe», tal como já tinha deixado escrito a pena de Moisés, até o situar «a la vista de la tierra de promisión», um relato que tinha a sua continuação nos «demás Libros Sagrados de entrambos Testamentos». Para Pellicer, essa equiparação era inadmissível, por ser fruto do engano daqueles que se tinham empenhado em «privilegiar a España, dándola origen firme y continuación de reyes historiales» e, com isso, «escaparla del tiempo Adelon, en que todo fue ignorancia; y del Mithico, en que todo fue alegoría y fábula». Era, em síntese, impossível «intentar saber [através de Histórias] el origen seguro del primer poblador de España, ni del Occidente». Nem Santo Isidoro, nem Rodrigo Sánchez de Arévalo ou Alonso de Madrigal desmentiram esta conclusão. A única certeza que se podia ter, nessa altura, era que «los Españoles procedemos de Iaphet». A partir daí não se podia dar mais nenhum passo, e, por muito que se procurassem as notícias de Josepho (*Antigüedades Iudaicas*) ou de São Jerónimo (*Questiones hebraicas*), ou que se buscassem outras fontes, a Espanha não aparecia na «Geographia Sagrada», ficava «lejos de ser comprendida en ella»⁸.

Qualquer tentativa para avançar com uma história da Espanha antiga devia começar a partir do tempo *adelon*. Com base neste pressuposto, Pellicer, convencido de que era possível interpretar «o sentir» daqueles escritores de maior «antigüedad» e «autoridade» que tinham falado das «primeras poblaciones del universo», assim como o que se afirmava nalguns salmos das *Escrituras* e, ainda, nas próprias «historias profanas», sentia que tinha todas as condições para concluir que «no fue Thubal quien dio principio a esta Corona, y casi las demás del Occidente, sino Tharsis, su sobrino, hijo de Javan, su hermano». Tudo isto, naturalmente, até um certo limite. Defender que Tárzis foi o primeiro povoador – por muito que fosse uma tese baseada em «varones de antigüedad y autoridad» – carecia de «toda la firmeza necesaria para una afirmativa absoluta». Pela mesma ordem de razões, deixara de ter sentido a discussão em torno da primeira das «provincias de España» na qual Túbal se instalou, sobre a qual teve um papel de «raíz y tronco de quien las demás tierras son filiaciones o ramas». O *adelon* continuava a manter a sua condição de «noche obscura del mundo»⁹.

⁸ Referências em J. PELLICER, *Población*, cit., ptos. 20-25.

⁹ *Id.*, ptos. 38, 40-47, 71.

Ainda que se admitisse esse manto de incerteza permanente, nem tudo estava perdido no que tocava à tarefa de desenhar um relato desse tempo. Era possível escrever a história espanhola do tempo *adelon*. Não se tratava de uma tarefa impossível. De acordo com os critérios que se vinham expondo, a estratégia a adoptar passava por se libertar, em primeiro lugar, das «novidades», das «ficções» e dos «delírios» introduzidos, no seu tempo, por Annio, dando-se depois o passo que «los nuestros de entonces» não se tinham atrevido a dar: embrenhar-se na história primitiva e ir além das «breves y sencillas noticias que dexaron nuestros primeros», recorrendo aos «fragmentos que el tiempo dexó durar» e que se encontravam depositados nos «antiquísimos monumentos Chaldeos, Egypcios, Phenicios y Griegos». Era possível fazer remontar a história antiga a um tempo muito anterior ao que tinha sido explorado por Jiménez de Rada ou por Lucas de Tui, e que constituía, ainda, a principal referência. O resultado dessa investigação, antecipava Pellicer, situava-nos perante «otra España muy diferente de la que hasta ahora anda historiada», emergindo «un Imperio diferente», habitado por «diversos (sino inciertos) pobladores», numa sequência que, por fim, punha em evidência «la larga serie de reyes indígenas, o naturales, que la señorearon desde el tiempo de la dispersión de las gentes». Com as inevitáveis oscilações, «con más o menos soberanía», esse império tinha-se mantido apesar das «invasiones» de cartagineses, romanos e godos. No meio de todas elas nunca tinha faltado «rey natural a los españoles», ainda que fosse «acantonado en este o aquél rincón de sus provincias». E, de facto, Pellicer referiu uns «sesenta i cinco reyes» desconhecidos¹⁰.

O nosso cronista não ocultava que, na verdade, o seu trabalho não se podia considerar uma «Historia de la Monarchia Antigua». Daí o recurso à palavra *Aparato* (ou seja, uma mera compilação de materiais) para denominar o seu livro e que, de certo modo, o desculpava se os «leyentes» sentissem a falta de uma correcta sequência «en la cadena historial que esclavona unos sucesos y tiempos con otros». Tal carência não invalidava, de resto, a possibilidade de estabelecer a já mencionada série de reis, «distinguidos y comprobados», pertencentes aos três tempos e que, até ao momento, tinham permanecido confundidos ou até mesmo completamente silenciados. Subjacente ao seu combate encontrava-se uma questão metodológica: a luta contra as «fábulas» e contra as «mentiras» que se encontravam presentes no relato das antiguidades, ainda que, de forma alguma, isso implicasse renunciar à primeira, a fábula, sobretudo quando se tratava de abordar o tempo *adelon*, ou mítico. Depois da reivindicação metodológica estava uma enfática reivindicação da grandeza do próprio país: apesar de tudo, Espanha «desde los primitivos tiempos», tinha sido «el Teatro, Príncipe del Occidente», a

¹⁰ José PELLICER, *Aparato de la Monarchia Antigua de las Españas en los tres tiempos del mundo, el Adelon, el Mithico y el Historico*, Valência, Benito Macé, 1673, *prefacion*, fols. III-V.

partir do qual «llevaron al Oriente todos los más Héroes de las Fábulas»¹¹. De facto, o que referia Platão «en su Atlántico» constituía uma valiosa crónica da «España Primera». Era aí, precisamente, que se encontrava a «Historia» dos seus «antiquísimos y primitivos reyes». Não havia dúvidas acerca da sua autenticidade: tratava-se de «reyes y nombres verdaderos, i sin alegoría», como também tinham asseverado autores como Cedreno ou, mais recentemente, o próprio Marsilio Ficino, «ilustrador» da sua obra. De acordo com esse relato, os espanhóis «atlántidas» tinham construído um extensíssimo império de cujas colónias «se formaron los más reynos del Occidente». Tinham sido eles, passando da sua ilha para o continente, a empreender a invasão de Atenas descrita por Platão. A grandeza da sua história estava longe de ser questionada: Espanha tinha sido o lugar no qual «tuvo origen toda la fábula de la gentilidad»¹².

Consciente de que «la acción más dificultosa de un historiador» era «hablar del origen de su patria y reyno», Pellicer reiterava a sua observância dos «preceptos» que estavam então a ser discutidos no seio da sua profissão, embora não ocultasse, em nenhum momento, as suas preferências. Assim, entre as exigências metodológicas da crítica que postulavam os *modernos*, ou o abismo a que alguns desses mesmos modernos se dirigiam, sob a égide do *pirronismo*, não tinha muitas dúvidas. O caminho a seguir era o dos primeiros, assumindo as suas exigências. De acordo com elas, «la forma de examinar la verdad de una historia» impunha a renúncia de «afirmar el cómo fue» para afirmar como posição de partida a impossibilidade de «pasar los límites del cómo pudo ser». A «perspectiva» na qual Pellicer se situava já não procurava a maior «probabilidad», mas sim a maior «certeza», uma perspectiva que era «tan nueva como difícil»¹³. A preocupação com a metodologia patente no nosso cronista reflectia a sua frequente participação – segundo ele próprio refere – nas «batallas del entendimiento» que estavam então a ser travadas em algumas tertúlias daquela época. Batalhas prévias e em nada insignificantes, e evidentemente obrigatórias no momento de enfrentar a maior empresa com a qual já sabemos que se tinha comprometido: confeccionar uma história *de su patria y reyno*. A tarefa podia ser

¹¹ *Ibidem*, prefacion, fol. VII; *Aparato*, p. 35.

¹² *Aparato*, pp. 35, 49, 53, 65-66, 335; na p. 49 afirma-se que se Platão «acabara su Atlantico como su Timeo, dexara fiel i copiosa noticia de la infancia de España. Mas en la forma en la que la començo a delinear, fuera de mucho ornato en su historia que se supiera lo que habia hablado Platon de este Imperio, i la erudicion de Iuan de Mariana, que lo reconoció en los Atlantidas, pudo hacer larga reflexión de ello». Sobre a influência de Platão nesse contexto, Pierre VIDAL-NAQUET, «L'Atlantide et les nations» in *Representations de l'origine. Cahiers CRLH-CIRAOI*, n.º 4 (1987), pp. 9-28, e, do mesmo autor, *L'Atlantide. Petite histoire d'un mythe platonicien*, Paris, Les Belles Lettres, 2005.

¹³ Sobre essa reorientação historiográfica, Carlo BORGHERO, *La certezza e la storia. Cartesianismo, pirronismo e conoscenza storica*, Milán, Franco Angeli, 1983, caps. 1-3; as referências a Pellicer são oriundas da «Dedicatória» do *Aparato*, e do seu pto. 1.

«difícil», mas ninguém como ele se tinha empenhado com maior dedicação e continuidade, tal como evidencia a longa série de publicações da sua lavra.

Como podemos imaginar, nem o tema nem o momento eram casuais. Inscreviam-se num contexto geral no qual, uma vez adiada a ordem da velha cristandade, se tornava mais visível um cenário configurado em termos de *Europa* – como ideia de uma nova ordem política – e presidido pela lógica da razão de estado. A elaboração de imaginários históricos renovados foi levada a cabo em conjunto com essa reorientação, num clima de confrontos *nacionistas* nos quais a situação da monarquia de Espanha era especialmente delicada¹⁴. Gravitava sobre ela, em termos concretos, o fracasso da política da hegemonia universal iniciada depois do estabelecimento da Casa de Áustria nos reinos de Espanha. Para além de questionar a solidariedade entre os dois ramos dos Habsburgo, o fracasso fez também tremer a arquitectura política interna sobre a qual se apoiava o projecto imperial hispânico-austriaco, tal como evidenciaram as rebeliões na Catalunha, Portugal e Nápoles. Entre 1648 e 1668 as pazes de Vestefália, Pirenéus e Lisboa consolidaram uma nova ordem política cujas consequências se fizeram sentir, com toda a dureza, nos primeiros momentos do reinado de Carlos II. Em determinados sectores da corte de Madrid era patente a presença de um clima anti-imperial e a necessidade de rever o sentido de uma aliança que, nos momentos mais delicados da crise, tinha ignorado «os vínculos de sangue e de unidade» que supostamente existiam entre os dois ramos dos Habsburgo. Por outro lado, o tortuoso processo da separação e de independência de Portugal tinha acentuado uma sensação de ruptura identitária no âmbito peninsular. A partir desse momento, algumas vezes começaram a reclamar a adopção de uma linha política que poderíamos denominar de *iberista*. Tratava-se de voltar a situar a importância estratégica dos territórios da Península Ibérica no conjunto da monarquia, pondo assim a ênfase no substrato identitário hispânico.

O conjunto de publicações que Pellicer deu à estampa, a partir de 1672, partilhava essa reivindicação *hispanizante*. Independentemente do debate sobre as *origens*, com a sua linguagem de teologia étnica¹⁵ a sua *Población y lengua primitiva* apresentava-se como depósito fundacional e inquestionável de uma identidade própria, bem como da sua permanência no tempo. A *língua* partilhava, neste sentido, os mesmos atributos que a população, era uma das setenta e duas línguas que se seguiram à «confusão» de Babel e que

¹⁴ Para as considerações que se seguem remeto para o meu «Rethinking identity: crisis of rule and reconstruction of identity in the monarchy of Spain» in Harald E. BRAUN e Jesús PÉREZ MAGALLÓN (eds.), *The Transatlantic Hispanic Baroque. Complex identities in the Atlantic World*, Farham, Ashgate, 2014, pp. 129-150.

¹⁵ Sobre essa linguagem e a sua dimensão europeia, veja-se Colin KIDD, *British Identities before Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, cap. 3, e C. POULOUIN, op. cit., pp. 492-529.

tinha sido introduzida, em Espanha, pela mão de Társis. Da mesma maneira que Társis aparecia indiscutivelmente à cabeça da linha de reis naturais, a língua primitiva de Espanha «fue matriz de los diversos dialectos... que desde entonces hasta nuestros días se han platicado». O facto de se ter misturado, posteriormente, com a de «otras naciones forasteras» não impediu que continuasse a reter «en sí la primitiva fuerza y nativa raiz». A despeito de tantas «mutaciones», não perdeu jamais «la dignidad, el grado de matriz». Esta era a parte importante a reter. Não tinha sentido, por isso mesmo, envolver-se num debate acerca de qual dos dialectos peninsulares podia ser considerado o autêntico herdeiro desse legado, e também não tinha qualquer sentido discutir sobre o espaço hispânico no qual Társis se tinha inicialmente estabelecido. À semelhança do *primeiro povoador*, a *língua* punha a manifesto «la maternidad y constitución con que entró en España la colonia de la dispersión»¹⁶. O facto indiscutível era a constatação da existência de uma comunidade e de umas características de origem tão firmes quanto irrefutáveis.

Apesar de não possuírem a auréola que envolvia o momento originário de Társis, os godos eram uma parte fundamental desse relato identitário. Uma consistente tradição historiográfica realçava o seu protagonismo na configuração da Hispânia, considerando óbvia a sua procedência – uma *origem* –, tema sobre o qual também Pellicer quis tecer algumas considerações. A sua pretensão não podia ser considerada um acto isolado. Há já algum tempo que a historiografia europeia propunha uma nova maneira de olhar para a presença e para o papel dos godos no velho continente. Tratava-se de substituir a tradicional filiação greco-romana das *origens* dos povos europeus (formulada na sua época por Annio de Viterbo) pelos mitos nórdicos, de voltar a situar o papel dos povos do norte da Europa para lá da sua épica anti-romana, numa trajectória oportunamente enquadrada pela *Atlantica sive Manheim* (1679) do professor da Universidade de Uppsala Olaus Rudbeck, e pela obra *L'antiquité de la nation et de la langue des Celtes* (1703) do abade Paul-Yves Pezron¹⁷. Na sua *Prefación a la Monarchia de los Godos* – um texto com apenas seis páginas – Pellicer fazia eco desta nova orientação, descrevendo em traços largos uma evolução dos godos que deixava clara a sua distância em relação ao relato tradicional. O texto identificava os godos com os «getas», *nação* que, por sua vez, tinha feito parte da «Monarchia de los Scytas». Desde os mais remotos tempos que uma condição de incansável vencedor de impérios enquadrava a grandiosa história dessa monarquia, na qual se incorporava, necessariamente, a dos godos¹⁸.

¹⁶ J. PELLICER, *Población*, cit., pp. 74, 87, 105.

¹⁷ C. KIDD, op. cit., cap. 9 e C. POULOIN, op. cit., pp. 506-510.

¹⁸ *Biblioteca formada de los libros y obras públicas de Don Ioseph Pellicer de Ossau*, Valência, Gerónimo Villagrosa, 1671, pp. 134-137, de onde procedem as citações que se seguem mais abaixo. Ver também, James William JOHNSON, «The Scythian: His Rise and Fall», *Journal of the History of ideas*, vol. 20, n.º 2 (1950), pp. 250-257.

Longe de se localizar na sua habitual posição na Escândia, o primeiro lugar no qual os godos se estabeleceram devia situar-se na Cítia, independentemente do facto de que, posteriormente, algum ramo se tivesse podido instalar na Escândia. De facto, Pellicer apresentava esta localização como um autêntico «desengano» do que tinha sido dito por Saavedra Fajardo no seu livro *Corona Gótica, Castellana y Austríaca* (1645). Nesta obra, o autor «trae a los godos desde los confines del Norte a España», sendo evidente que «quan lexos estuvieron los godos de ser originarios de Escancia ni del Septentrión», um erro no qual incorriam também as recentes *Investigaciones históricas de las antigüedades del Reino de Navarra* do jesuíta Moret (1665). A tripla Coroa à qual Saavedra se referia poderia muito bem ter a sua origem goda, e a sua grandeza poderia também ser imprescindível à Casa de Áustria, mas era a vertente *espanhola* dessa Coroa que Pellicer estava empenhado em realçar. Na reorientação da monarquia proposta por Pellicer, uma reorientação de carácter hispanizante, o afastamento da visão nórdica dos godos era fundamental. A chave estava nos citas, era para eles que era necessário olhar. Vinculados a essa origem, os feitos dos godos deveriam ser entendidos como «unidos con todo el demás cuerpo de los Scytas sus progenitores», o que não impedia que posteriormente tivessem podido evoluir «formando Corona aparte y de por sí». A evolução da sua monarquia constituía um espelho para a monarquia de Espanha. No decurso do tempo, «la naturaleza de Scytas» conseguira manter-se como último reduto de uma dinâmica de continuidade identitária que não era alheia à monarquia espanhola: a sua história provava que «siempre que se habla en las acciones de los castellanos, son España; y de las de los aragoneses, son España; y en esta consecuencia las de los navarros, andaluces, catalanes, valencianos y vizcaínos, todas son de españoles». Esta era uma prova de que o pan-hispanismo militante de Pellicer não podia ser ignorado.

Vista no seu conjunto, a proposta de Pellicer apresenta um paralelismo pouco explorado com a interpretação que, em 1679, seria desenvolvida por Rudbeck na sua *Atlantida*. Tal como no caso espanhol, o momento imperial também vivido pela Suécia – ainda que numa fase distinta – impregnava as páginas do livro. O grande homem de ciência e reitor da Universidade de Uppsala traçou um fresco impressionante no qual apresentava o seu país como «mãe» de todas as nações. Jafet, o pai de todas elas, era, na realidade, *Atlas*, e a Suécia a *Atlantida*¹⁹. Os seus habitantes primitivos, os *hyperboreos*, eram, nem mais, nem menos, os *atlantes* e, como não podia deixar de ser, a sua língua era a mais antiga do mundo. Na posse de uma história mais antiga do que a dos gregos, os suecos teriam chegado ao ponto de instruir estes últimos. A reorientação era importante: a origem da cultura europeia deveria ser situada na Suécia. Apesar das diferenças de fundo que os

¹⁹ Gunnar ERIKSSON, *The Atlantic Vision. Olaus Rudbeck and Baroque Science*, Canton, Watson Pub. Int., 1994, *passim*.

separam, as abordagens de Pellicer e de Rudbeck permitem-nos falar da presença de um certo mito atlântido e, também, de um certo atlantonacionalismo a alimentar o imaginário europeu a partir do último terço do século xvii²⁰. A esta reorientação não lhe faltaram críticos, não necessariamente enraizados em postulados anteriores. Convém não esquecer que foi Leibniz quem inventou o verbo *rudbeckizar* para ridicularizar alguns dos episódios relativos ao reitor de Uppsala²¹.

Sem chegar a esse extremo, Pellicer também não escapou às críticas dos modernos, especificamente de um autor que era seu compatriota e ao qual já nos referimos: D. Gaspar Ibáñez de Segovia, marquês de Mondéjar, numa obra na qual, de novo, nos cruzamos com a referência à história de Cádiz de frei Jerónimo. A *Cádiz Phenicia* foi escrita por Mondéjar durante os anos oitenta, ainda que só tenha sido editada em 1805, num ambiente que já nada tinha a ver com o de finais do século xvii²². Logo nas suas primeiras páginas, *El Emporio* surgia como uma obra escrita com «poca diligencia», com um título pomposo que não tinha obedecido às mínimas exigências que estavam então a ser propostas pelos *modernos*. A parte complementar do título que se seguia a *Cádiz Phenicia* era, desde logo, um sinal claro das principais diferenças entre a Cádiz de Mondéjar e a de frei Jerónimo. Mondéjar explicava que tinha realizado a sua obra «con el examen de varias noticias antiguas de España que conservan los escritores hebreos, phenicios, griegos romanos y arabes». A insuficiente erudição antiga e o escasso conhecimento de línguas orientais eram precisamente alguns dos principais defeitos que atribuía à obra de frei Jerónimo, a qual foi também prejudicada por uma falta de profundidade nas «antiquísimas» notícias da cidade, recebidas sem previamente «manifestar la solidez o probabilidad de que son capaces», sem as purificar das suas «ficciones». Em resumo, frei Jerónimo apoiava-se numa «confusa opinión popular» cuja única referência era «el plausible sobrescrito de constante y recibida tradición de sus mayores». E este era um mundo em relação ao qual Mondéjar queria guardar distância. Dezassete detalhadas e eruditas «disquisiciones» constituíam um trabalho monumental no qual Mondéjar defendia a origem de Cádiz como fundação fenícia, com um detalhe que não nos é permitido aqui explorar. Aproveitava a ocasião para manifestar a sua discordância daqueles que, como Pellicer, no seu *Aparato*, tinham situado a fundação da cidade num tempo muito mais remoto. A questão não o

²⁰ Tal como reiteram os trabalhos de Pierre VIDAL-NACQUET, «Hérodote et l'Atlantide: entre les Grecs et les Juifs», *Quaderni di Storia*, Vol. VII, n.º 16 (1982), pp. 5-75, e o já mencionado *L'Atlantide et les nations*, cit.

²¹ C. POULOIN, op. cit., p. 508.

²² Gaspar IBÁÑEZ DE SEGOVIA, *Cádiz Phenicia, con el examen de varias noticias antiguas de España que conservan los escritores hebreos, phenicios, griegos, romanos y árabes*, Madrid, Imp. José del Collado, 1805, 3 tomos. As minhas informações são oriundas dos prólogos do autor e do editor. Sobre o autor pode ver-se o trabalho de Jesús VILLANUEVA LÓPEZ, *Política y discurso histórico en la España del siglo xvii*, Alicante, Universidad de Alicante, 2004, pp. 214-221.

colocava em confronto com um *antiguo*, independentemente de que a posição do cronista real tão-pouco fosse a mesma que a dos *modernos*. Significativamente, a primeira disputa foi toda ela dedicada à tarefa de demonstrar que «la Atlantida de Platon no se puede entender de Cadiz, ni de España, sea fábula, alegoría o historia», referindo-se depois aos «absurdos» em que Pellicer tinha incorrido. Na opinião de Mondéjar, a crítica de Pellicer sobre os excessos do manuscrito do «falso Beroso» – a falsificação sobre a qual se sustentava o livro de Annio de Viterbo – tinha conduzido o crítico a reproduzir o modo de trabalhar que ele tão abertamente censurava. O seu empenho em fazer desaparecer essa ficção tinha acabado por levar o seu próprio relato a aproximar-se do de Annio. Proporcionava, assim, uma exposição que misturava, de forma indistinta, «lo incierto con lo inverosímil, y lo fabuloso con lo histórico». Tanto a lista de reis primitivos de Espanha forjada sobre as notícias de Platão, quanto a apresentação de Cádiz como cabeça de um enorme império que tinha englobado toda a Espanha, careciam de fundamento, porque, entre outros motivos, estava longe do sentido e da interpretação necessários para ler um texto de Platão que Pellicer também tinha interpretado mal²³.

O facto de o livro de Mondéjar ser manuscrito dificulta a avaliação do impacto do seu trabalho, algo que não se aplica apenas ao seu *Cádiz Phenicia*. De qualquer modo, a presença da Atlântida no passado espanhol teria, digamos, «vida própria» e, como poderemos ver, continuaria a tê-la apesar das reservas do nosso *moderno*. Entendida como um *descobrimento*, a América conferiu novas perspectivas aos textos platónicos da Atlântida, textos esses que ganharam nova actualidade após a tradução e o comentário feitos por Marsilio Ficino, corria o ano de 1485. O novo continente e a origem dos seus povoadores eram também parte integrante dessa revisão da geografia bíblica, confrontada agora com o problema de situar a novidade americana. A maior inquietação residia na possibilidade de apresentar o novo mundo como completamente autónomo do mundo bíblico, tal como, pouco tempo depois do descobrimento, se começou a pensar em determinados círculos da república de Veneza²⁴. Como podemos imaginar, a exclusão da história sacra, nesta explicação, foi rotundamente contestada, particularmente no âmbito hispânico, em que a identificação com o relato bíblico não era algo que se pudesse questionar. Como é óbvio, um dos mais interessados nessa postura era o papado, enquanto suprema garantia dessa identificação e – em última instância – da concessão dos domínios das Índias aos reis de Espanha. Independentemente disso, o debate sobre os seus povoadores continuaria activo

²³ As referências correspondem, como se indicou, à «disquisición Primera» do primeiro tomo, pp. 1-47.

²⁴ Por autores como Girolamo Francastoro, 1530; Hieronimo Garimberto, 1549; Giambattista Ramusio, 1553. É fundamental, neste sentido, o livro de Giuliano GLIOZZI, *Adamo e il Nuovo Mondo*, Florença, La Nuova Italia Ed., 1977, esp. parte II, cap. I.

e foi neste contexto espanhol que a erupção da ilha Atlântida desempenhou um papel altamente estratégico. Povoadada desde o primeiro momento pelos espanhóis primitivos, a ilha-continente, pela sua proximidade a Cádiz, permitia criar uma ligação com a península e com uma dinâmica povoadora do novo continente, dinâmica essa que remontava aos primeiros tempos. Tudo isso com consequências jurídicas, tal como colocaram em evidência – entre outros trabalhos – a *Historia Indica*, de Sarmiento de Gamboa (1577) e a *Origen de los Indios del Nuevo Mundo*, de Gregorio García (1607). Se as bulas papais conferiam a autoridade do direito sagrado para ocupar as Índias, o relato dos historiadores espanhóis adicionava a legitimidade de um direito civil resultante dessa primeira ocupação. Um direito de reversão que, em última instância, abria uma margem de autonomia relativamente a eventuais movimentos políticos do próprio papado²⁵.

Parte do que acabou de ser dito explica, em boa medida, o aparecimento, em 1683, do pequeno livro de Diego Andrés Rocha sobre *El origen de los indios*, num contexto em que as relações entre a Igreja e a Monarquia de Espanha cada vez mais se deterioravam, na sequência da reivindicação, por parte da coroa, de certos direitos nas Índias²⁶. Em defesa da monarquia, o autor procurou apresentar uma série de argumentos a favor da presença espanhola na América desde os primeiros tempos, o tempo de Jafeth e de Túbal. A sua situação de «vizinhos» da ilha Atlântica tinha tornado possível que os descendentes do neto de Noé viessem «poblando por ella» e chegassem «a tierra firme, que corre por la parte de Cartagena de Indias». A história antiga do novo continente ficava marcada por esse acontecimento fundacional. Não era, portanto, uma coincidência o paralelismo entre, por um lado, os costumes, os ritos e as propriedades dos espanhóis primitivos e, por outro, os dos índios, o mesmo se podendo dizer da presença de «muchos lugares, ríos, montes y vocablos concordantes de la primitiva España y de esta América». As características desse primeiro momento configuravam uma espécie de clonagem da história posterior, clonagem essa que permitia explicar semelhanças entre os dois processos históricos, nas quais quase ninguém tinha reparado. Em relação ao contexto em que escrevia Rocha, essa situação de partida tinha tornado possível que, posteriormente – e seguindo ainda um plano concebido pela divina providência –, as ilhas descobertas por Colombo «fuesen restituidas a la Corona de España», a quem pertenciam «con justo título y buen derecho, pues tantos años antes fueron suyas y pobladas por los primeros reyes de España».

A história dos primeiros tempos evidenciava o laço proprietário através do qual, à margem das bulas papais, as Índias ficavam unidas à metrópole. Era a fundamentação do argumento proprietário que se vinha utilizando,

²⁵ G. GLIOZZI, op. cit., pp. 87-103.

²⁶ O livro foi editado em 1681, em Lima, na imprensa de Manuel de los Olivos. As minhas referências provêm da edição de José ALCINA FRANCH (Madrid, Historia 16, 1988), caps. I e IV.

há já algum tempo, no continente, e que, neste caso, insinuava uma nova prática de poder que se tentava aplicar nos reinos das Índias, prática essa que foi reforçada pela sobreposição entre essa situação e a crise sucessória recém-aberta na monarquia. A proposta que Francisco de Seijas y Lobera dirigiu a Luís XIV, em 1703, *Sobre la verdadera unión de las dos Coronas de España y Francia*, apoiava-se nestas ideias. Autor de um monumental trabalho de indagação sobre a situação das Índias²⁷, este aventureiro arbitrarista, refugiado em Paris e servidor intermitente da nova monarquia, esforçou-se por explicar ao Rei Sol que era muito oportuno aplicar nas Índias os princípios de um *dinasticismo propietario* que poucos tinham exercido com tanto sucesso como o monarca francês. O seu ponto de partida era inequívoco: sem qualquer excepção, os reis eram «Dueños absolutos de sus Estados, porque sus dignidades reales y dominios y los bienes públicos les pertenecen por autoridad del derecho universal y de las gentes». Xeijas prosseguia com um minucioso relato que, fundado em «diferentes pruebas historiales» e «Grandes autoridades», lhe permitia concluir que «los Reyes de España han sido y son propietarios dueños de todas las dichas Indias Occidentales desde los tiempos primitivos a estos por razón de todos los dichos derechos». No limite, podia até prescindir-se da «investidura» que tinha sido concedida pelo pontífice. Era, portanto, decisiva a existência do direito de reversão da herança legítima, «por haverse poblado aquellas tierras en tiempo de gentiles con españoles», e porque «fueron ellos mismos quienes las gobernaron con caciques y príncipes que eligieron entre sí aquellas gentes». Túbal teria sido o artífice dessa primeira tarefa povoadora, possível graças à presença, entre o velho e o novo continente, da «la grande isla Atlántica», presença essa visível «desde las costas de España». Apesar de ter conhecido algumas inevitáveis fases de interrupção, o comércio entre a Espanha e as Índias tinha sido uma constante. Os espanhóis ter-se-iam deslocado a elas pelo menos em quatro ocasiões, todas elas anteriores à chegada dos romanos, e esse intercâmbio foi reactivado com a chegada dos árabes. Foi o começo de um período que contemplou e completou uma profunda penetração dos espanhóis nos «impérios» e nos «reinos» das Índias. Uma actuação que, no seu conjunto, prova e explica «que los emperadores y otros reyes de las dichas Indias Occidentales fueron originarios de familias nobles de las provincias de España». Essa penetração foi tão intensa que, em última instância, os próprios Índios representariam, com os *batuecos* de Espanha, a versão mais genuína dos *espanhóis primitivos*.

²⁷ A *Memoria sobre el gobierno de las Indias* consta de 14 livros manuscritos que se conservam no Arquivo do Ministério de Assuntos Exteriores de França; *Sobre la verdadera Unión de las dos Coronas de España y Francia* constitui o livro terceiro (AMAE, Espagne, vol. 118, fols. 245-285). Uma parte desse material foi editada por Pablo Emilio PÉREZ MALLAINA (*Gobierno militar y político del Reino Imperial de la Nueva España*, México, UNAM, 1986); sobre o autor, ver também Francisco de SEIJAS Y LOBERA, *Piratas y contrabandistas de ambas Indias y estado presente de ellas* (1693), C. McCarl ed., Madrid, Fundación Barrié, 2011.

A memória dessa comunidade de origem constituía um apoio inestimável em termos estratégicos, num momento em que, concluída a Guerra da Sucessão, a nova dinastia se esforçava por construir um discurso historiográfico que deliberadamente matizava o passado austríaco tendo em vista acentuar uma trajetória que se queria assente sobre umas glórias próprias, umas «glórias de España», tal como iria propor Feijoo em 1730²⁸. O frade beneditino via a necessidade de pensar «las cosas nacionales», libertas dos preconceitos com que sempre tinham sido vistas desde fora e, nesse processo, a «Espanña antigua» tinha várias lições a dar à «Espanña moderna». E fazia-o sem sombra do derrotismo incondicional relativamente a esse período. No seu discurso sobre a «Fábula de las Batuecas, y Países imaginarios», Feijoo ridicularizava a assimilação dos *batuecos* aos espanhóis primitivos, assimilação essa que, como vimos, tinha sido feita por Xeijas. Situada no âmbito dos *países imaginários*, a própria Atlântida também não escapava à crítica, o que estava longe de querer dizer que fosse desaparecer. Significativamente, a reedição, em 1729, do livro *Origen de los Indios del Nuevo Mundo*, de Gregorio García, levada a cabo por Andrés González de Barcia, intercalava as glosas do editor, nas quais reiterava o apoio aos argumentos do próprio García, incorporando inclusive as posteriores propostas de Pellicer. Como foi recentemente assinalado, o editor e membro fundador da Real Academia Española de la Lengua estava à frente de um programa de edição de clássicos espanhóis sobre a história do Novo Mundo, posto em prática num clima de «angústia patriótica» no quadro do qual era indispensável demonstrar de um modo fundamentado, e perante os movimentos de terceiros países, quem tinha marcado presença, em primeiro lugar, no continente americano, com a subsequente indicação dos lugares onde tal tinha ocorrido²⁹.

A Atlântida podia então ter o seu sentido. De facto, continuava a manter o âmbito peninsular, no qual, no quadro dessa mesma leitura *nacionista*, Antonio Fernández Prieto publicava, em 1738, uma *Historia del Derecho Real de España*, com o objectivo de demonstrar a presença de um irreduzível direito pátrio que tinha estado presente desde a «la primitiva fundación de España»³⁰. Começando pelas «primitivas leyes» e concluindo com as *Partidas*, esta obra apresenta um relato no qual sobressai o protagonismo régio, relato esse que, fundamentalmente, avalizava a actuação de Filipe V

²⁸ Sobre esse momento, Pablo FERNÁNDEZ ALBALADEJO, «La nación de los «modernos». Incertidumbres de nación en la España de Felipe V» in Josep Fontana. *Història i projecte social*, Barcelona, Crítica, 2004, I, pp. 438-452.

²⁹ Jorge CAÑIZARES ESGUERRA, *Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo*, México, FCE, 2007, pp. 268-278.

³⁰ Resumo aqui algumas considerações do meu «Mito-história y nación: a propósito de la «Espanña primitiva» de Huerta y Vega» in P. FERNÁNDEZ ALBALADEJO (ed.), *Fénix de España. Modernidad y cultura propia en la España del siglo XVIII (1737-1766)*, Madrid, Marcial Pons, 2006, pp. 135-159, esp. 153. O livro de Fernández Prieto foi editado em Madrid, na oficina de Antonio Sanz, em 1738; as referências encontram-se nas pp. 21, 31, 36-38 e 49.

como «supremo legislador». Acompanhando os monarcas, dava-se também a voz ao «pueblo» que tinha recebido essas leis, momento a partir do qual entravam em cena *Tharsis* e os *Athlantis*. Tal como Pellicer, Fernández Prieto não considerava que a hipótese de Társis como primeiro povoador fosse «un artículo de fe divina», ainda que, fazendo seus os critérios do erudito aragonês, entendesse que «toda la presunción, congetura y verisimilitud del nombre pende a favor de Társis». Era o único fundamento que cabia ter em conta na relação com «el discurso de un tiempo obscuro». Para este efeito, o texto de Platão era o que melhor servia para dar fundamento à presença, entre os espanhóis primitivos, de um regime monárquico com as suas correspondentes leis. Nem sequer a antiguidade de seis mil anos que, desde Estrabão, se reconhecia às leis dos *túrdulos*, podia ser comparada à dos *atlantes*. Como fazia notar o filósofo, era no texto de Estrabão, precisamente, que se encontrava a chave para conhecer a forma de governo que tiveram os «nuestros Nacionales» e, paralelamente, as leis pelas quais se regeram «los primeros Españoles, conocidos por Atlántidas», tal como dava a entender o texto do filósofo.

O aparecimento – entre 1738 e 1740 – dos dois volumes da *España primitiva, historia de sus reyes y monarcas desde su población hasta Christo*, de Francisco Xavier Manuel de la Huerta y Vega, culminava, de certa forma, a viagem à Atlântida empreendida a partir da nova *Espanha* dos Bourbón. Esse culminar deve ser entendido num sentido cronológico, da última obra que apareceu, e não como uma contribuição fundamental para um melhor conhecimento do tema. Não se pode dizer que Francisco Xavier Manuel de la Huerta tenha contribuído com algo de novo em relação ao que já fora dito por Pellicer, cujos argumentos utilizou como se fossem seus e sem grandes contemplações nem reconhecimentos explícitos. Em relação ao seu conteúdo, a *España primitiva* foi desde um primeiro momento criticada por censores tão relevantes como Mayans e Sarmiento, os quais se opuseram frontalmente à sua «divulgación». Para Mayans, a obra de Francisco Xavier Manuel de la Huerta não passava de uma *Espanha imaginária*, «una fábula indecorosa, i opuesta a las verdaderas glorias de España», opinião partilhada por Sarmiento, o qual, sem deixar de reconhecer a erudição do autor, deplorava o seu «systema» de trabalho³¹. É compreensível que, à luz do que foi dito – ou, pelo menos, para algumas dessas *luzes* –, Huerta tenha acabado por ser conotado com a ideia de *falsificador*, independentemente do facto de, para além da censura e dos censores, o livro ter merecido alguma consideração adicional antes de acabar por ser atirado ao fogo eterno.

³¹ A censura de Mayans encontra-se nas suas *Obras completas*, I – *Historia* (A. Mestre Sanchís ed., publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 1983), pp. 265-305, esp. 263; a de Sarmiento em José SANTOS PUERTO, «La censura de la *España Primitiva*: una aclaración historiográfica», *Hispania*, vol. LIX, n.º 2 (1999), pp. 547-564.

Com certa falta de modéstia, Huerta destacava, na introdução, o apoio que as duas academias reais (da Língua e da História) tinham dado ao seu projecto, um projecto que apresentava, sem mais, como «solicitado» pelo «amor a la patria» face à «falta» em que se encontrava a História de Espanha, particularmente aquela que se relacionava com os «tiempos antiguos»³². Sem grandes contemplações, passava a enumerar as várias limitações de uma longa lista de historiadores (de Ocampo a Ferreras), da qual ele se considerava o último elo, ainda que dissesse que, no seu caso, possuía ferramentas que lhe permitiam superar tais limitações. O próprio Pellicer não escapava a esse ajuste de contas, ainda que o objectivo da *España primitiva* não fosse diferente do da *Población primitiva*: pretendia-se demonstrar «que España en los tiempos Adelón y Mítico fue la cabeza, y señora de todo el Occidente», configurando um império de dimensões colossais que já incluía a América. Império esse que, desde o primeiro momento, contava com a presença de reis, tal como veementemente se proclamava desde o primeiro capítulo. Como «prova» dessa «proposición» apresentava-se uma lista muito detalhada de autores, alguns deles perdidos mas não carentes de referências indirectas que permitiam o seu aproveitamento. A presença dos *chronicones* – que tanto haviam irritado Mayans – tinha também o seu lugar na fundamentação dessa genealogia real. Reforçando a sua proposta de análise, o autor deixava entrever, nesse mesmo prólogo, algumas pistas metodológicas sobre o papel decisivo desempenhado pela mitologia na sua investigação. À partida, considerava que era um erro imperdoável a ideia de que a mitologia e os poetas fossem vistos como «fábula sola sin fundamento histórico». Já os próprios padres da Igreja tinham dito claramente que os deuses gentis tinham sido «Príncipes mortales», cujos feitos haviam sido descritos pelos poetas «con el velo de la Mitología», uma interpretação que, por outro lado, «toda la erudición moderna» considerava boa. Com este reconhecimento tão explícito das expectativas abertas pela poesia e pela fábula para estruturar o relato histórico dos tempos mais remotos, Huerta empenhava-se numa das questões mais cruciais que, desde a segunda metade do século XVII, atizava o debate entre *antigos* e *modernos*. Um debate que se centrava na possibilidade de que a construção de uma nova *episteme* historiográfica, com as suas exigências de *certeza*, pudesse ser conciliada com a presença de figuras e de motivos oriundos das fábulas.

Era uma controvérsia sobre a qual o próprio Feijoo já se tinha pronunciado e que Huerta tentava prolongar. De facto, tinha terminado uma «Disertación sobre si la Mitología es parte de la Historia y como deba entrar en ella», que seria publicada, em 1740, nos *Fastos de la Real Academia de la Historia*³³. Basta ver a surpreendente lista de autores citados nas últimas páginas do

³² As referências que se seguem são oriundas do prólogo, sem paginação, da *España Primitiva*.

³³ Madrid, 1740, t. I, pp. 1-42.

trabalho para perceber que o nosso autor sabia bem do que estava a falar. De Kircher e Vosio a Banier, passando por Bochart, Huet, Tommasin, Montfauçon ou, até, Olaus Rudbeck, Huerta convocava os protagonistas mais importantes daquela *erudição* europeia, os quais se tinham batido, com as suas armas, ao longo de uma interminável *Querelle*. Neste sentido, a sua dissertação pode ser considerada uma *mise au point* mais do que aceitável. Baseado em algumas destas propostas, Huerta defendia um entendimento mais flexível e aberto dos dois *tempos* (o *adelon* e o *mítico*), cuja inteligibilidade e *verdade* eram possíveis através da fábula. As coisas tinham chegado a um ponto em que já não se podia admitir, sem mais, a «exclusión del cuerpo de la Historia pura, lo perteneciente al Adelon y al Mítico». O facto de que fosse «notorio» e de «fe» que os judeus «tuvieron historia continuada desde la creación hasta los Macabeos» não impedia que uma trajectória semelhante pudesse ser predicada também sobre os egípcios, babilónios, assírios, chineses e africanos. Na mesma medida em que os povos do Oriente adquiriam protagonismo, diminuía o reconhecimento do papel da Grécia, reduzido por Huerta a «un pueblo grosero y vagabundo, sin leyes, sin política y sin religión», repetindo os tópicos da *Graecia Mendax* popularizados por Annio de Viterbo³⁴.

Os espanhóis faziam parte desses povos que se podiam embrenhar na escuridão do tempo *mítico* e ainda do *adelon*. Prova disso era o que não faltava. Independentemente do que continham as «memórias» dos «Atlânticos», constava também o testemunho – já mencionado – de Estrabão sobre a antiguidade dos *turdulos* da Bética, no qual se punha em evidência a existência de livros, de poemas e de leis com seis mil anos de vida. Todas elas eram provas que possibilitavam uma ponte cronológica que transportava os espanhóis directamente «a los tiempos del patriarca Abraham». Dado que «sus libros se escribieron en aquellos tiempos antiquísimos de la juventud del mundo», as «memorias de España» ficavam assim sem tempo «ignorado»³⁵. A sua história era então passível de ser escrita, sendo esse o objectivo da *España Primitiva*. De uma forma esquemática, pode dizer-se que a mensagem do livro assentava em duas propostas: por um lado, instituía Társis como primeiro rei de Espanha e como cabeça da sua monarquia; por outro, ressaltava a convergência entre a história desses primeiros reis e a fábula atlântida ou, em palavras de Huerta, entre «nuestra España» e «la Teogonía de los Atlánticos». Indo ainda mais longe, a história própria constituía uma «evidente demostración que toda la Fábula y Mythología Gentílica tuvo su fuente y origen en Príncipes verdaderos Españoles», de tal modo que «casi todos quantos como Dioses veneró la idolatría del mundo antiguo fueron...

³⁴ *Fastos*, cit., pp. 13, 28-30; Eugene N. TIGERSTEDT, «Ioannes Annius and Graecia Mendax» in *Classical, Mediaeval and Renaissance Studies in Honor of Berthold Louis Ullman*, Roma, Storia e Letteratura, 1964, II, pp. 293-310.

³⁵ *Fastos*, cit., p. 30.

Monarcas Españoles... o hijos y nietos suyos». Não há dúvida de que esta era «una de las mayores glorias de España», sendo como era esta nação a única «entre todas las naciones del orbe» que dispunha de «historia continuada desde su población después del diluvio»³⁶. O dado era relevante. Liderada pela sua monarquia, a Espanha alcançava, nem mais, nem menos, a condição de *povo constituinte* do género humano, cabendo ao próprio tempo desempenhar o papel de *myth-maker* da humanidade³⁷.

O impacto da *España Primitiva* não parece prolongar-se muito mais além de 1752, ano em que o seu autor faleceu. Um ano antes, Pedro José Pérez Valiente, o grande jurista e autor do fundamental *Apparatus Juris Publici Hispanici*, considerava que a obra em questão era um «elaboradísimo tratado», situando o seu autor entre «los más modernos»³⁸. Conhecedor da controvérsia em torno da proposta de Társis, o jurista evitou pronunciar-se sobre a matéria. No entanto, chamou a atenção para a presença de alguns «modernos» que, como Pedro de Peralta Barnuevo, nas páginas da sua *Historia de España vindicada*, tinham tornado público o seu completo desacordo com Huerta e, significativamente, também com o próprio Pellicer³⁹. Não deixa de ser irónico que essa «crítica» – elaborada «con mucha erudición», de acordo com o jurista – tivesse visto a luz, precisamente, numa imprensa de Lima. Dava a impressão de que, a partir do Novo Mundo, não se queria reconhecer o papel mediador que a *ilha* tinha alegadamente desempenhado no decurso do seu primeiro povoamento. Uma rejeição que talvez não fosse completamente alheia ao facto, já mencionado, de que, na Península Ibérica, estava em curso um processo de revisão do passado americano, que incluía o momento anterior à conquista.

No fundo, a *España Primitiva* não conseguia libertar-se da condição de *España imaginaria* que lhe foi imputada, de um modo fundamentado, por Mayans e por Sarmiento. Em meados dos anos sessenta a monumental *Historia literaria de España*, da autoria dos irmãos Mohedano, fazia ironia com o facto de, entre os *Diaristas*, a obra em questão ter a conotação de «*Novela moderna*»⁴⁰. O ajuste de contas incluía a Atlântida, reduzida a

³⁶ *España Primitiva*, cit., prólogo.

³⁷ Sobre o mito do «*peuple instituteur*», C. GRELL, op. cit., pp. 962 e segs. e Frank E. MANUEL, *The Eighteenth Century confronts the Gods*, Nova Iorque, Atheneum, 1967, pp. 85-125.

³⁸ Existe uma tradução do latim do *Apparatus* realizada por María A. Durán Ramas, com um estudo preliminar sobre Pérez Valiente a cargo do autor destas linhas (Pedro José PÉREZ VALIENTE, *Derecho Público Hispánico*, Madrid, CEC, 2000); o comentário sobre Huerta na p. 268.

³⁹ *Historia de España vindicada*, Lima, Francisco Sobrino, 1738. Existe uma edição espanhola, com uma introdução a cargo de J. M. Williams (Newark, Delaware, 2003); interessam os caps. IV-VII do livro I; sobre Peralta ver, também, Ruth HILL, *Sceptres and Sciences in the Spains*, Liverpool, Liverpool University Press, 2000, pp. 147-190.

⁴⁰ Rafael e Pedro RODRÍGUEZ MOHEDANO, *Historia literaria de España, desde su primera población hasta nuestros días*, Madrid, Francisco Xavier García, 1766, p. 236, itálico no original (cito pela 2.ª ed. de 1766); sobre o sentido do termo, ver José Antonio VALERO, «Una disciplina frustrada: la historia literaria dieciochesca», *Hispanic Review*, n.º 2 (1996), pp. 171-196.

uma mera «chimera». Como seria de prever, Pellicer e Huerta não saíram muito dignificados desta revisão. Beneficiando de uma erudição bibliográfica mais recente, os Mohedano voltavam a empreender uma longa viagem pela *España antigua*, agora menos interessados em enfatizar a presença de «reyes fabulosos» e mais empenhados em salientar os êxitos e a trajectória de uma cultura própria, como se a monarquia devesse ceder o seu protagonismo face à vitalidade de uma *Kulturnation*, tão fortemente deixada pelos sábios quanto intencionalmente apagada pelos forasteiros. Dir-se-ia que a ascensão da *razão ilustrada* a paradigma dominante não deveria obscurecer outras possibilidades, outras racionalidades que pudessem estar atrás dessa reorientação do sujeito, mesmo que estivessem assentes sobre o *mito*, e não sobre o *logo*. Se, como foi sugerido, a identidade do homem depende de «la habilidad para crearse una narración creíble sobre el mundo»⁴¹, não seria de todo injusto admitir que, com as suas limitações, os *athlantidas españoles* conseguiram desempenhar o seu papel como projectores de um imaginário nacional.

⁴¹ Javier GOMÁ LANZÓN, «La verdad del mito» in *El País*, Babelia, 2 abril 2011, e Jean STAROBINSKI, «Lenguaje poético y lenguaje científico» in *Razones del cuerpo*, Valladolid, Cuatro, 1999, pp. 121-136.